

# Costa respondeu aos cidadãos mas não convenceu todos

Combate à precariedade foi um dos desafios assumidos pelo primeiro-ministro na sessão de balanço de três anos de governação. Saúde, Ensino Superior e Justiça também na agenda

Sandra Freitas  
sociedade@jn.pt

**DEBATE** Concluir o programa de regularização de trabalhadores precários nos estabelecimentos de Ensino Superior até fevereiro de 2019 "é essencial" para o Governo, disse ontem o primeiro-ministro, António Costa, em resposta ao reitor da Universidade do Minho. Rui Vieira de Castro aproveitou a sessão de balanço dos três anos de Governo, em Braga, para dizer que, naquela instituição, continuam 150 precários, "sem notícias" há vários meses, o que leva a um clima de "frustração".

Ao todo, Costa e o seu Executivo deram resposta a 20 questões de alunos, ex-alunos e professores da academia minhota. O reitor escolheu os docentes e estes selecionaram os jovens que participaram na sessão, que durou quase duas horas.

## BANCA "Supervisão rigorosa"

António Costa garantiu que já foi aprovada legislação para garantir "uma supervisão mais rigorosa e independente" ao Montepio Geral, em resposta ao professor Luís Miguel Conraria, que questionou o Governante sobre "o que está a ser feito de diferente" com este banco, para que "não se repitam erros do passado", como aconteceu com os casos BPN, BES e Banif. António Costa explicou que a legislação transferiu a supervisão do Ministério do Trabalho para o Instituto de Seguros de Portugal e aproveitou para dizer que a Banca "deve aprender com os seus próprios erros", reorientando o financiamento para a atividade produtiva, em vez de se centrar no financiamento do consumo privado e da compra de casa própria.



Na Universidade do Minho, Costa foi confrontado com a existência de 150 precários

## CORRUPÇÃO "Faltam meios para combater"

A primeiro-ministro afirmou que o combate à corrupção "é uma prioridade central de qualquer democracia", mas admitiu que "faltam meios" em Portugal para levar a cabo esse combate. "O que falta em Portugal não é mais legislação. Faltam meios e uma consciência cada vez mais alargada (para a corrupção)", disse António Costa, em resposta a uma aluna que questionou o governante sobre a sua posição "política e ética" sobre o tema. Apesar das fragilidades, o primeiro-ministro ressaltou que as autoridades policiais e judiciárias "dispõem hoje de meios de que não tinham" antes para o combate à corrupção, como o recurso a agentes infiltrados. Adiantou, também, que está previsto "um reforço de meios" da Polícia

Judiciária, para a dotar "de melhores condições para esse combate".

## ENSINO SUPERIOR "Mais 5000 alojamentos"

Questionado pelo estudante Alexandre Carvalho sobre a razão pela qual o dinheiro disponível para a Banca não é canalizado para a área da Educação, nomeadamente de forma a acabar com as propinas no Ensino Superior e aumentar o número de camas para os alunos, António Costa respondeu que o Governo não tem investido na Banca, e que está sim "a emprestar dinheiro que vai ser recuperado mais tarde". Depois, passou a palavra ao ministro do Ensino Superior, Manuel Heitor, que lembrou que vai ser lançado um Plano Nacional de Alojamento, prevenindo a criação de cinco mil alojamentos para estudantes até 2021. O antigo edifício

do Ministério da Educação, na Avenida 5 de outubro, em Lisboa, vai ser um dos imóveis transformado em residência universitária. Terá capacidade para 600 alunos, adiantou o primeiro-ministro.

## SAÚDE "Enfermeiros cansados"

Maria Fernanda, ex-aluna e atual enfermeira gestora, dirigiu-se a António Costa para se queixar do estado de "cansaço" dos profissionais de Saúde. Costa defendeu-se com o avanço de medidas como o alargamento do regime das 35 horas semanais, mesmo para profissionais cujos contratos previam 40 horas de trabalho, e sublinhou que o grande investimento na Saúde tem de recair num programa de "cuidados primários e cuidados continuados", de forma a minimizar "pressão" nos hospitais. ■

## NO TERRENO



## Segurança dos comboios garantida

Na primeira viagem-teste à eletrificação da Linha do Minho, entre Nine e Barcelos, o ministro do Planeamento e das Infraestruturas garantiu que os comboios circularão em condições de segurança e que 98% dos percursos estimados são realizados, apesar das supressões de comboios. a.c.



## "Quem manda é o ministro das Finanças"

A ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, enfrentou cerca de 50 oficiais de justiça dos tribunais da Comarca de Braga que estão em greve, ontem, em Guimarães. Respondeu-lhes que, monetariamente, "quem manda é o ministro das Finanças". d.m.

## Descentralizar na Saúde é o caminho

António Costa anunciou, em Cabeceiras de Basto na inauguração de uma Unidade de Cuidados Continuados, que o Governo se prepara para descentralizar poderes na área da Saúde. "Estamos a concluir uma reforma essencial que é a descentralização para os municípios na área da saúde. O triângulo Estado-Terceiro Setor-Poder Local é fundamental para fazer mais e melhor", disse. c.l.a.

## Orçamento não deve ser posto em perigo

Mário Centeno pede a deputados sentido de responsabilidade

**CONTAS PÚBLICAS** Desde Braga, o ministro das Finanças estava com os olhos e os ouvidos no Parlamento, em Lisboa. A sua preocupação era saber se as propostas do BE e do PCP para o descongelamento das carreiras dos professores teria o apoio do PSD e estragaria o seu Orçamento para 2019. O ministro desconfiou (ver texto ao lado).

Não foi por acaso que Mário Centeno, na sua intervenção, voltou a frisar que as propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2019 têm de garantir que os compromissos assumidos pelo Governo não serão colocados em causa.

Numa visita a uma repartição de Finanças de Braga, no âmbito dos três anos de legislatura, Mário Centeno afirmou que "Portugal é hoje um dos fatores de estabilidade e de crescimento na Europa. A nova fase de todo o processo orçamental que hoje se inicia tem que manter estes compromissos. Mais do que isso, tem que garantir que esses compromissos não são postos em causa no futuro", reforçou o ministro.

**GOVERNO FEZ A SUA PARTE** Mário Centeno lembrou ainda que o "Governo tem feito a sua parte" e que, "pela primeira vez, a consolidação orçamental é feita num quadro de reposição de rendimentos às famílias, com estabilidade fiscal para as empresas e uma política que potencia o crescimento económico" do país.

Já na sexta-feira, o primeiro-ministro, António Costa, apelou ao sentido de responsabilidade dos partidos nas votações na especialidade do OE2019, defendendo que as propostas de alteração, no seu conjunto, representam um desvio de 5,7 mil milhões de euros caso fossem todas aprovadas e classificou-as como uma "catástrofe financeira". ■